

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.767 - MT (2019/0131334-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : MANOEL GOMES NETO
ADVOGADOS : VIVIANE SANTIN RODRIGUES E OUTRO(S) - MT004206
ELIZANDRA MAIRA RODRIGUES - MT018750
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por MANOEL GOMES NETO contra decisão desta relatoria que conheceu do agravo e não conheceu do recurso especial interposto, ante a falta de prequestionamento e a incidência do óbice da Súmula n. 282/STF.

Reiterando os argumentos apresentados no recurso original, alega o agravante que a decisão agravada não poderia ter sido tomada monocraticamente pelo relator, pois afrontaria o princípio da colegialidade e configuraria cerceamento de defesa.

Requer a parte agravante o julgamento colegiado da insurgência a fim de que o recurso especial seja apreciado e provido.

É o relatório.

Da análise dos autos, verifica-se que o agravo regimental em apreço foi interposto quando já certificado o trânsito em julgado da decisão proferida, nos termos da certidão de fls. 819.

Dessa forma, certificado o trânsito em julgado em 26.8.2019, tendo sido os autos remetidos ao Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, verifica-se que esgotada está a jurisdição do Superior Tribunal de Justiça, não havendo nada a prover.

Assim, nos termos do art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, não se conhece do agravo regimental.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator